



-----**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA**-----
-----**Mandato 2017-2021**-----

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA REALIZADA NO DIA DOZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE-----

-----**ACTA NÚMERO DEZASSEIS**-----

--Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, pelas vinte horas, reuniram no Salão Nobre da Sede da Junta de Freguesia de Marvila, sito na Avenida Paulo VI, nº 60, a Assembleia de Freguesia de Marvila, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Manuel Portugal Lage, coadjuvado por Diana Cecília do Espírito Santo Prudêncio e Luís Filipe Nunes Boaventura Figueiredo, em substituição de Anaísa Souto João, para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos: -----

- I. Período de Intervenção de Público
- II. Período Antes da Ordem do Dia
- III. Período da Ordem do Dia

---**Ponto 1 - Apresentação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia;**

---**Ponto 2 - Instrumentos Previsionais para 2020:**

- Orçamento
- Plano Plurianual de Investimento
- Plano de Atividades

---**Ponto 3 - Mapa de Pessoal da Freguesia;**

---**Ponto 4 - Aprovação da Tabela Geral de Taxas e Preços da Freguesia de Marvila.**

---**Assinaram a "Lista de Presenças", para além dos mencionados, os seguintes eleitos:** -----

---**DO PARTIDO SOCIALISTA (PS)** – Luísa Maria Cabral Costa Gomes, Manuel de Jesus Saraiva, Maria Libânia Fernandes Rendeiro, Maria Custódia Mateus Pires André, Acácio Monteiro Gonçalves, Jerónimo Teixeira Magina, Maria Fernanda Correia e Constantino Rodrigues. -----

---**DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)** – António Augusto Pereira, Rogério Borge Pereira Mota e Maria Almeida Santos. -----

---**DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)** – Luís André Fernandes Castro e Agostinho Cândido Ferreira. -----

---**DO BLOCO DE ESQUERDA (BE)** – Maria Isabel Pinto Ventura. -----

---**DO PRIMEIRO MARVILA MOVIMENTO INDEPENDENTE (PMMI)** – António Manuel Alves. -----

---Apresentaram pedidos de substituição, que foram apreciados e aceites pelo Plenário da Assembleia de Freguesia nos termos da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, os seguintes eleitos: -----

---**Anaísa Souto João (PS)**, por uma reunião de Assembleia, tendo sido substituída por **Luís Filipe Nunes Boaventura Figueiredo**, que foi substituído na bancada por **Constantino Rodrigues**. -----

---~~Ana Isabel Rodrigues Saraiva (PS)~~, por uma reunião de Assembleia, tendo sido substituída por **Maria Fernanda Correia**. -----

---**Constança Maria Pereira Alves (PCP)**, por uma reunião de Assembleia, tendo sido substituído por **Maria Almeida Sousa**.-----



---**Maria Amélia Alves Cabaço (PSD)**, por uma reunião de Assembleia, tendo sido substituído por **Agostinho Cândido Ferreira**.-----

---Estiveram ainda presentes na reunião os seguintes membros do Executivo da Junta de Freguesia de Marvila, que assinaram a "lista de presenças": -----

---O Presidente, **José António Nunes do Deserto Videira** e os Vogais, **Maria Hermínia Moraes Ventura Cintra**, **Susana Maria da Costa Guimarães**, **Joaquim Cerqueira Brito**, **Maria Cristina Rodrigues Abreu**, **José António Amaral da Silva** e **João Carlos Lourenço dos Santos**.-----

---Às **20 horas**, constatada a existência de quórum, a **Sr.ª Primeira Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia** declarou aberta a presente reunião ordinária, começando por dirigir uma palavra de saudação ao Sr. Presidente da Junta, ao Executivo da Junta e aos membros das diversas bancadas, agradecendo de seguida a presença do público. Esclareceu ainda que o Sr. Presidente da Assembleia estava um pouco atrasado devido a estar presente na Assembleia Municipal de Lisboa e que estava a caminho para se juntar à presente reunião.-----

---O **Sr.ª Primeira Secretária** informou haver apenas uma inscrição para intervenção do público, dando a palavra à **Sr.ª D. Cátia Sofia Gonçalves**, moradora na Rua Xavier de Magalhães, Lote 18 - R/c A, 1950-303 Lisboa.-----

---A **Sr.ª D. Cátia Sofia Gonçalves**, no uso da palavra, saudando a Assembleia, disse que Veio falar sobre o Centro de Saúde de Marvila, esclarecendo que teve a necessidade de se deslocar ao mesmo para que a sua filha pudesse tomar as vacinas e, ao fazê-lo verificou as condições degradantes do referido Centro de Saúde e da forma como as pessoas de que dele necessitam são recebidas. Disse que, quando se dirigiu ao segundo andar para dar as vacinas à sua filha, apesar de não haver ninguém na sala de espera do piso, a enfermeira a informou que se deveria dirigir ao piso térreo para fazer a inscrição para a vacinação, pelo que assim fez e se sujeitou a uma longa espera no atendimento acreditando que esta rotina administrativa só prejudica o centro de Saúde e o atendimento fluido dos utentes. Informou ainda que havia muitas pessoas no piso, algumas delas sentadas nas escadas, algumas demonstrando o seu desagrado e cansaço. Disse ainda que verificou que, apesar do atendimento calmo e cordato dos funcionários que desempenhavam o trabalho, havia muita revolta e desagrado, não só dos utentes, mas também dos médicos e que alguns deles a incentivaram a chamar a comunicação social para que esta tivesse conhecimento da situação. Salientou que, não considerando ser esse o caminho, resolveu estar presente na Assembleia de Freguesia e testemunhar a sua experiência pedindo que, dentro do possível, o Executivo da Junta possa tomar alguma atitude em relação a este problema. Finalizou agradecendo a atenção dispensada pelo plenário.-----

---De seguida a **Sr.ª Primeira Secretária** informou o plenário dos pedidos de substituição chegados à mesa, informando também que deram entrada duas recomendações remetidas pelo PS dando a palavra ao Sr. Acácio Gonçalves para apresentar a recomendação nº 1.-----

---O **Sr. Acácio Gonçalves (PS)**, no uso da palavra apresentou a recomendação abaixo transcrita: -----

----- **«Recomendação nº 1»-----**

Com a mudança da sede da Junta de Freguesia de Marvila para a Av. Paulo VI, passou a haver um grande número de pessoas a ter necessidades, na utilização dos meios de



AD
Dp

transporte disponíveis na zona, como sejam as carreiras 749, 755 e 793, maioritariamente pessoas com mobilidade reduzida, ou já com idade avançada e com dificuldades de se deslocarem, especialmente, quando a paragem onde podem, hoje sair, se situa a cerca de 300 metros sempre a subir.

Acontece que a carreira 755 faz, na Av. Paulo VI o mesmo percurso da carreira 749, mas não utiliza as mesmas paragens, concretamente, as que mais próximo da Junta de freguesia de encontram, respetivamente as paragens nº C 02219 e C 02218.

Assim, a bancada do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Marvila, vem recomendar ao executivo da Junta de Freguesia de Marvila o seguinte:

1. Que providencie junto da CML e da Companhia Carris a obrigatoriedade de que a carreira 755 (que sobe e desce pela Rua Ernesto Rodrigues), passe a parar também nas paragens nº C 02218 e C 02219 (Av. Paulo VI), para além de pararem também nas paragens atualmente existentes na Rua Sousa Bastos.
2. Que o mesmo aconteça em relação à Carreira 793, que deverá pegar e largar passageiros, na paragem da Av. Paulo VI, entre a Igreja de S. Maximiliano Kolbe e o Cube Oriental de Lisboa (paragens nº C 03717 e C 03718), a fim de servir um maior número de passageiros que saindo da Igreja ou mesmo mudando de carreira.

Desta recomendação deverá ser dado conhecimento, acompanhando o respetivo ofício, à CML e à CARRIS exigindo que seja dado cumprimento ao serviço público a que estão obrigadas.

A Bancada do Partido Socialista

12 de novembro de 2019» -----

---A **Sr.ª Primeira Secretária** passou de seguida a palavra à **Sr.ª D. Libânia Rendeiro (PS)** que, no uso da palavra, apresentou a recomendação que abaixo se transcreve:-----

----- « **Recomendação nº 2** -----

--Os Marvilenses, um pouco à semelhança do que acontece por todo o País estão sendo confrontados com o encerramento de serviços públicos em algumas zonas de elevado índice populacional como é o exemplo do Bairro do Condado. Desde o encerramento da estação dos CTT, (agora servido por um pequeno espaço), até ao encerramento do Banco BPI também neste mesmo bairro.

Verifica-se também que algumas vezes os serviços encerrados na nossa freguesia, são mantidos noutras áreas geográficas, como por exemplo na freguesia vizinha dos Olivais, o que leva a uma deslocação mais difícil para a população de Marvila, que é bastante envelhecida.

A par com os encerramentos referidos, verifica-se que a agência do Novo Banco, situado na Rua Atriz Palmira Bastos no Bairro das Amendoeiras, continua a adotar a denominação de Novo Banco Olivais Sul, embora o local geográfico onde fica a agência acima referenciada pertença à freguesia de Marvila. Quando assinalado este facto incorreto aos funcionários da agência, estes informaram que são diretrizes superiores.

Assim, vem a bancada do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Marvila em Lisboa, solicitar ao Executivo da Junta de Freguesia de Marvila, que envide esforços no sentido de a situação ser reparada.

Desta recomendação deverá ser dado conhecimento à Administração do Novo Banco, à Câmara Municipal de Lisboa e à Gerência da Agência do Novo Banco da Rua Atriz Palmira Bastos.



A Bancada do Partido Socialista

12 Novembro 2019.» -----

---A Sr.^a Primeira Secretária passou de seguida a palavra ao Sr. Rogério Mota (PCP) que, no uso da palavra, apresentou as propostas abaixo transcritas: -----

----- «Proposta nº 1-----

Uma das áreas sociais da maior importância é do ponto de vista dos eleitos do PCP/CDU a da Educação.

Também o atual Executivo da Junta, e bem, reafirmou recentemente em anterior Assembleia e em reunião ao abrigo do estatuto da oposição que essa será uma das suas opções para o mandato.

Na perspetiva dos eleitos do PCP/CDU, o trabalho de fiscalização, mas também de apoio às boas práticas por parte da Assembleia de Freguesia, convida à existência de equipas de trabalho coletivo, que valorizem e prestigiem a intervenção política desse Órgão.

É neste quadro, que os eleitos do PCP/CDU reunidos na Assembleia de Freguesia de dia 12 de novembro vêm novamente propor à Assembleia:

1º- A formação de uma Comissão de Educação da Assembleia que acompanhe, reflita e discuta as questões da Educação na Freguesia.

2º- Que a Comissão de Educação criada, estabeleça dinâmicas de cooperação e colaboração com o Pelouro da Educação da Junta de Freguesia.

3º- Que a sua composição seja analisada e formalizada na Assembleia.

Os eleitos do PCP/CDU» -----

----- «Proposta nº 2-----

A necessidade de discussão e reflexão sobre os problemas; as carências e necessidades; as estratégias e o caminho que se deverá seguir quanto à Educação em Marvila, pressupõem, do nosso ponto de vista um debate e trabalho coletivo, que assegure uma participação alargada das estruturas, das instituições e das pessoas que quotidianamente trabalham nesta área social da maior importância para o desenvolvimento humano.

Marvila precisa de ter claro o que quer para o enriquecimento e formação dos seus jovens cidadãos e de como lhe podem responder as diversas instituições que se encontram sediadas no seu território.

Os eleitos do PCP/CDU reunidos na Assembleia d Freguesia de dia 12 de novembro, conscientes da oportunidade e necessidade deste debate propõem à Assembleia:

1.- Que aprove a realização de um Fórum da Educação em Marvila, em data a designar e que o Executivo considere mais oportuna. (Talvez no período das Férias da Páscoa).

2.- Que o Executivo apresente uma proposta para a organização e concretização dessa iniciativa no ano escolar de 2019/20.

Os eleitos do PCP/CDU» -----

----- «Proposta nº3 -----

Como é do conhecimento da Assembleia de Freguesia e do Executivo da Junta os eleitos do PCP/CDU têm repetidas vezes, no anterior e já neste mandato, levantado a questão da situação da Escola Secundária Afonso Domingues, bem como apresentado propostas para a importância da utilização e aproveitamento do seu edifício e espaço.

Sabemos também, que a própria Câmara Municipal de Lisboa, por proposta dos Vereadores do PCP, já se debruçou sobre esta questão.

Assim os eleitos do PCP/CDU, reunidos na Assembleia de Freguesia de dia 12 de novembro vêm novamente propor à Assembleia:



10
JP

1.- Que se solicite à Câmara Municipal de Lisboa, com carácter de urgência uma resposta sobre o caminho e solução a dar ao edifício e espaço da Escola Secundária Afonso Domingues.

2.- Que nesta perspetiva possam ser consideradas uma de duas propostas, já várias vezes apresentadas pelo PCP/CDU:

a) Retoma da Escola Secundária Afonso Domingues para o seio da comunidade educativa, tornando-a um polo efetivo do Ensino Profissional (vocação anterior), recuperando para tal o edifício e toda a área envolvente.

b) Recuperação e transformação do espaço e do edifício para a criação na Freguesia de um Centro Cultural e Desportivo que permita enquadrar valências como - Centro de Dia; Centro de Artes e Ofícios; Universidade Sénior; Sede das Coletividades da Freguesia; Complexo Desportivo (Ginásio; Pavilhão; Parque Lúdico; Campos Exteriores) e Auditório. Os Eleitos do PCP/CDU» -----

«Proposta nº 4»-----

Como bem sabemos, depois da decisão do Ministério da Educação, de descativar a Escola Secundária Vitorino Nemésio da Freguesia de Marvila, integrando-a na Escola Secundária António Damásio, na Freguesia dos Olivais e do incêndio que nas suas instalações ocorreu, estas ficaram ao abandono.

São de facto os destroços de uma antiga escola, com todos os inconvenientes para o local e ambiente. Os telhados que cobriam os pavilhões pré-fabricados eram de fibrocimento e por lá se encontram ao abandono.

Numa das zonas mais movimentadas do Bairro das Amendoeiras, na proximidade do ISEL; das novas instalações do recém-construído Continente e em frente à Carris, somos confrontados todos os dias com o espectro degradante, de verdadeira lixeira que os restos dos materiais dessas instalações abandonadas nos oferece.

É com enorme estranheza, que vemos por parte do ME e da CML esta situação arrastar-se pelo que se sugere à Junta de Freguesia de Marvila, que intervenha nesta situação.

Assim os eleitos do PCP/CDU reunidos na Assembleia de Freguesia de dia 12 de novembro propõem à Assembleia:

1.- Que a Junta de Freguesia requeira à CML que por si, se tal for possível ou com o ME resolvam esta situação com a maior urgência, limpando o espaço da ex-Escola Vitorino Nemésio retirando os destroços e o amianto que aí se encontram, dada a situação degradante para a zona, o ambiente e a saúde dos cidadãos, em que o local se encontra e se tornou.

Os Eleitos do PCP/CDU» -----

«Proposta nº 5»-----

NOME DE ESCOLA

Como julgamos saber ainda funcionam e existem neste momento na nossa freguesia algumas escolas que não têm um nome próprio, isto é, um patrono identificador.

Pensamos que por parte da CML se mantém a intenção e preocupação de atribuir nomes às escolas da Cidade.

Neste contexto os eleitos do PCP/CDU reunidos na Assembleia de Freguesia do dia 12 de novembro apresentam a seguinte proposta à Assembleia:

1.- Que a Junta de Freguesia atribua a uma das escolas o nome de António Campino, ilustre Marvilense, figura ímpar da nossa democracia e da luta pela liberdade, sobejamente conhecido de todos os Marvilenses.



2.- Sugerem ainda que esta proposta seja subscrita por todos os grupos políticos da nossa Assembleia de Freguesia.

Os eleitos do PCP/CDU» -----

---Já presente, o **Sr. Presidente da Assembleia**, pedindo desculpas ao plenário pelo seu atraso e justificando o porquê da sua ausência, passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, cumprimentando o plenário, disse, relativamente aos documentos apresentados à mesa por parte da bancada do PS, concordar com os mesmos, salientando no entanto que, os assuntos por eles abordados, já foram anteriormente abordados noutras Assembleias, inclusive pela sua bancada, aproveitando o momento para voltar a reforçar a necessidade de rever as carreiras de bairro que até ao momento ainda não sofreram qualquer alteração e que muitas vezes não estão de acordo com as necessidades dos fregueses de Marvila. Relativamente ao documento apresentado sobre o Novo Banco que é identificado como uma agência da freguesia vizinha dos Olivais, lembrou que está no momento a fazer um ano que a sua bancada chamou a atenção para a mesma situação apresentada agora pela bancada do PS, lembrando ainda que, a par com esta situação, existem outras situações onde se incorre no mesmo erro. Dito isto, enumerou alguns exemplos do acabado de explanar. Aproveitou ainda a oportunidade, dado não ter entregue um documento dentro dos prazos estipulados pelo Regimento da Assembleia de Freguesia, para ler o referido documento que abaixo se transcreve: -----

**«Voto de Saudação ao Executivo da Junta de Freguesia de Marvila
Eleições do dia 06 de outubro**

Na última Assembleia de Freguesia de Marvila, no dia 13 de setembro de 2019, a bancada do PSD apresentou uma recomendação ao Executivo desta Junta de Freguesia, que foi prontamente rejeitada por toda a bancada do Partido Socialista e criticada pelo respetivo Executivo. A recomendação pretendia melhorar as condições das nossas mesas de voto, eliminar os locais de voto que não reúnem condições para as pessoas com mobilidade reduzida poderem votar, atribuir um reforço alimentar para as pessoas que constituíam as mesas de voto e realizar o pagamento aos membros que constituem as mesmas o mais brevemente possível. Esta recomendação foi praticamente reprovada por toda a bancada do Partido Socialista provocando uma enorme contestação por todas as bancadas desta Assembleia de Freguesia. No entanto, no dia 6 de outubro verificámos que o Executivo da Junta de Freguesia, e bem, atribuiu dois reforços alimentares para os membros das mesas de voto, para além da realização do pagamento nos dias seguintes à realização das eleições.

Assim, o PSD da freguesia de Marvila, quer agradecer e saudar ao Executivo da Junta de Freguesia de Marvila por implementar as medidas que foram reprovadas na Assembleia de Freguesia. Muito obrigada.» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia** passou de seguida a palavra à **Sr.ª D. Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

---«Boa noite a todas e a todos. Contrariamente às teses neoliberais, o aumento dos salários e pensões, com destaque para o salário mínimo nacional e para as prestações sociais não conduziu ao desemprego nem ao desastre da economia pelo contrário, o aumento do rendimento disponível real das famílias levou ao crescimento do emprego e da economia. O crescimento do emprego chegou aos 3,3% em 2017, aos 2,2% em 2018 e no primeiro trimestre de 2019 cresceu 1,5% face ao período homólogo de 2018. A



M
D

população ativa cresceu e a taxa de desemprego diminuiu. O limiar da pobreza, considerado atualmente, é 477 euros por mês, mas trata-se de um limiar desatualizado ultimamente à realidade. Mesmo quem ganha o salário mínimo está em situação de pobreza porque este não assegura sequer o acesso a uma habitação. No plano nacional, a análise da OIT revela que a percentagem no rendimento no trabalho, no PIB passou de 65,8% em 2004 para 54,8% em 2017. São 11,3 pontos percentuais perdidos em 13 anos. O aumento que se avizinha do salário mínimo nacional e dos salários em geral é muito modesto e não recupera essa perda. E também é manifestamente insuficiente, face ao grande aumento do custo de vida, se considerarmos apenas o aumento das rendas e dos preços das casas. Temos gente a viver em caixotes de cartão e em tendas em plena Lisboa, perto da estação de Santa Apolónia por exemplo. E vem-nos à memória os milhares de barracas anteriores à construção dos bairros sociais, bairros hoje votados ao abandono, uma Marvila que o Bloco de Esquerda não permitirá que continue escondida, a Marvila dos esgotos a céu aberto, a Marvila das casas sem manutenção, onde moram pobres de Lisboa tão pobres que nem têm direito à habitação digna, que é o que a Constituição lhes confere. Por isso defendemos o Serviço Nacional de Habitação, que terá de cumprir esse direito constitucional, e o Bloco de Esquerda de Marvila divulgou, divulga e divulgará a situação das habitações e do espaço público desta freguesia a fim que os poderes públicos sintam esta vergonha de ter nesta cidade o Web Summit e os bairros sociais no estado em que estão. Para o Web Summit houve 16 milhões (29 minutos), para os bancos milhares de milhões, mas para assegurar condições de habitação e saneamento desta freguesia não se vislumbram os apoios necessários. Apresentei na Assembleia Municipal de Lisboa algumas das situações mais gritantes. Helena Roseta na sua resposta disse que transmitiria à Câmara as situações apresentadas que se traduzem em situações de saúde pública para os moradores. A pobreza soma-se a situação de desprezo dos poderes públicos, numa freguesia cuja população idosa tem pensões miseráveis.

Mas não posso deixar de falar de crianças. Estamos perto do 30º aniversário da Convenção dos Direitos das Crianças, dia 20 de novembro e também tenho a lamentar não só a situação de muitas de crianças em Portugal, como as de milhares de crianças neste mundo onde os fascistas se reagrupam para causar ainda mais sofrimento aos pobres. Segundo dados da Unicef, se as tendências atuais se mantiverem, 69 milhões de crianças com menos de cinco anos, morrerão maioritariamente de causas evitáveis, 167 milhões de crianças viverão na pobreza e 750 milhões de mulheres terão casado durante a infância. Pelo menos 25 milhões de crianças na União Europeia vivem em agregados com baixos rendimentos, sem condições e onde a fome é frequente, revela um relatório da Agência da União Europeia para os Direitos Fundamentais, divulgado recentemente. Vejamos as percentagens de crianças em risco de pobreza e exclusão social na União Europeia: Roménia 49,2%, Bulgária 45,6%, Grécia 37,5%, Hungria 33,6%, Itália 33,2%, Espanha 32,9%, Lituânia 32,4%, Dinamarca 13,8%, Finlândia 14,7%, Eslovénia 14,9%. Portugal situa-se entre os países com 20% a 29%. O risco afeta as crianças europeias de uma maneira global, mas é pior entre as comunidades ciganas emigrantes, 90% das crianças ciganas, em nove estados membros, são pobres. E o que significa ser pobre? É não ter direito a condições dignas e humanas no presente e não ter futuro com as consequências evidentes para as sociedades em que vivem.

A
D



Como moradores não podemos estar alheados da situação da freguesia, do país ou do mundo. Ela tem que estar presente na nossa mente e no nosso coração para podermos defender aqueles que representamos.

O Bloco de Esquerda de Marvila» -----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao Sr. Manuel Saraiva (PS) que, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

---«As minhas saudações ao público presente que mais uma vez fez o favor de nos acompanhar, ao Sr. Presidente da Mesa, demais membros da Mesa e, ao Sr. Presidente da Junta e demais membros do Executivo e aos nossos colegas de bancada.

Vou aproveitar para falar aqui de alguns assuntos, fazendo disso tudo uma intervenção única. O primeiro, é a resposta a um eleito, Sr. Rogério Mota. Sempre tive o PCP como um partido responsável, compreendemos a importância dos documentos que pretendiam aqui apresentar, lamentamos que não tenham chegado a tempo. Temos um regimento aprovado por unanimidade que até à altura, não havendo a sua substituição, é nossa obrigação defender este regimento. Se me permitem, aqui o “nossa” é sublinhado e em negrito.

Sobre as recomendações, vou falar apenas da do Novo Banco, que como sabem está sedado no prédio onde eu moro, exatamente nesse prédio, sendo eu aquele que com mais assiduidade é confrontado com essa situação. Eu próprio tive oportunidade há mais de dez anos, acompanhado pelo anterior presidente da Junta, de expressarmos esse desagrado junto da administração do, na altura, Banco Espírito Santo, infelizmente sem quaisquer resultados. Felizmente este assunto vem aqui à Assembleia, e admito que agora com uma nova força política, possa ter sortido alguns efeitos, não esquecendo, de início para parafrasear a intervenção, o eleito do PSD, Sr. Luís Castro, na medida em que esta situação de não identificação de algumas instituições da freguesia onde nós estamos não é a única. Por outro lado, fiz a sugestão que não foi aceite, de que a situação de comparação com os Olivais não me parece que seja relevante tendo em conta que estes documentos devem ter uma função inclusiva e não exclusiva. Aparentemente parece que estamos aqui em competição com os Olivais e os Olivais certamente não terão culpa nenhuma de uma decisão estúpida do Banco Espírito Santo de chamar aquela dependência “Olivais Sul” como sempre chamou. Obviamente fico muito contente com a apresentação desta recomendação, eu próprio a votarei favoravelmente, espero que todos assim o façam. O mesmo acontece acerca da recomendação dos transportes, embora é um assunto que eu não posso acompanhar tão frequentemente pois embora seja um habitual utente da Carris, não venho para estes lados.

Agora vamos àquilo que eu pretendia apresentar neste período antes da ordem do dia.

1º Assunto: As comemorações do centenário do nascimento de Sophia de Mello Breyner têm permitido uma maior visibilidade desta grande escritora, a poetisa d ... “o dia inicial inteiro e limpo /onde emergimos da noite e do silêncio...” Nesta Assembleia convém lembrar que Sophia foi eleita para a constituinte, exemplo de que os génios, como é o caso, também têm lugar na política. Porém a melhor forma de a recordar é divulgar a sua arte, particularmente a sua poesia.

2º Assunto: Resultados eleitorais do passado dia 6 de Outubro.

É indiscutível a vitória do PS. Teve 47,38% dos votos expressos e os restantes partidos aqui representados tiveram, respetivamente: 13,15% (PPD/PSD); 10,91% (BE), 8,74% (PCP-PEV) e 2,36 (CDS), um intervalo que vai dos 7905 votos no PS aos 394 no CDS.



DP

Convém acrescentar que, por relevante, o PAN foi a 5ª força política em Marvila, à frente do CDS, a 6ª, com 4,26% dos votos expressos e o Chega ficou apenas a 14 votos (0,07%) do CDS. Os brancos e nulos representam 3,31%. Descansem. Não pretendo deixar-lhes a minha opinião sobre estes resultados (que tento compreender), mas quero deixar à vossa consideração algumas questões que são pertinentes e que, mais de que discutidas, devem ser estudadas de modo crítico.

1. Abstenção: Para um universo de 33.962 inscritos votaram menos de metade: 16.685. Ficaram em casa, por diferentes razões, 17.277 cidadãos, que não sabemos quem são, tão pouco porquê a sua indiferença. É isso que nos deve inquietar, é isso que deveríamos discutir, sem maniqueísmos (os bons e os maus) mas na procura das diferentes razões que justificam esta falta de comprometimento, com a abertura suficiente para não abandonar quaisquer teses, mesmo aquelas que nos podem incomodar, numa época de incerteza, de volatilidade, de fragmentação e de abertura aos populismos, que se souberam adaptar e têm uma linguagem de fácil receção. Não é a bota cardada e um imaginários fascista que mobilizam (vide PNR) mas um discurso que apela ao povo, aquele que, numa democracia representativa como é a nossa, não se sente representado pela elite política que constitui a Assembleia de República. Um trabalho recentemente publicado sobre o assunto apresenta uma convincente teoria, a que chama a teoria dos 4 D, que poderemos resumir do seguinte modo:

Primeiro "D" - DESCONFIANÇA para com os políticos e instituições;

Segundo "D" - DESTRUIÇÃO DE COMUNIDADES pela discussão sobre a imigração, com receios de uma possível destruição das comunidades como são agora entendidas;

Terceiro "D" - DESPOJAMENTO, em resultado das crescentes desigualdades de rendimentos e riqueza no Ocidente; a primeira geração convencida de que o passado foi melhor que o presente; no caso português, neste ano de 2019, ainda não atingimos os rendimentos do ano de 2010.

E, por último, o quarto "D" - DESALINHAMENTO em relação aos partidos "relativamente estáveis" ditos do poder". Muitas pessoas já não estão alinhadas com as correntes dominantes. Não há um único facto que explique esta situação mas devemos considerar que os abstencionistas representam uma forma de resistência, que não é intrinsecamente passiva e que o seu comportamento pode alterar mediante determinadas circunstâncias.

Por último, a questão do estado na sua função legisladora. Para que serve uma lei, por muito bondosa e bem-intencionada que seja, se não for aplicada na prática. Para nada e melhor seria que nem sequer existisse porque não evidenciava uma das fraquezas do próprio estado, que é a sua incapacidade de fazer aplicar essa lei. Nas reuniões descentralizadas da CML, em várias freguesias ouvi queixas de problemas, que existiam porque não existia uma esquadra de polícia. No bairro onde moro há uma esquadra de polícia e os problemas que outros cidadãos se queixam também ali existem: ruas com trânsito limitado são utilizadas como se a sinalização não existisse; lugares de acesso reservado a cargas e descargas são utilizados como lugares de estacionamento privativo; estacionamento em 2ª fila, mesmo quando não se justifica pela existência de lugares de estacionamento relativamente perto não têm qualquer consequência, o mesmo acontecendo com carros que até estacionam (pasmem-se) em cima de zonas verdes e ali se mantêm durante longos dias. Para quê esta sinalização? Não seria conveniente eliminá-la, sem respeito pelo espaço público e pela segurança dos que deslocam sem ser de

A
D



automóvel? Há legislação que obriga os donos dos cães a apanharem o cocó dos seus animais. Se alguns o fazem, quantos são os que não o fazem? Conhecem alguém que tenha sido multado por isso? Com muita razão reclamamos um espaço público com melhor qualidade, eliminadas barreiras e facilitando o seu usufruto por todos. Perante estas situações o estado que está em causa e, para além de outros, estes problemas são facilitadores da falta de confiança no cidadão. Soubesse eu as soluções e, com muito prazer, estaria aqui a partilhá-las convosco, Não as sei, mas estou disposto, sozinho ou em grupo (que poderia ser esta assembleia) para refletir sobre estas problemas e dar nota das conclusões a que possamos chegar. Há que ousar, porque esta é a nossa Freguesia, é aqui que vivemos e todos estamos interessados em que possa ser a melhor freguesia de Lisboa.

Muito obrigado.»-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra à **Sr.ª D. Luísa Costa Gomes (PS)** que, no uso da palavra, saudando os presentes, felicitou o Partido Comunista Português pela manutenção do interesse pela educação que, achando interessante, lembrou que democracia não é anarquia e que a democracia tem regras e são as regras que nos regem. Referindo-se à entrega da documentação para apresentar na Assembleia de Freguesia, salientou que existe um regulamento que foi aprovado e lamentou que as propostas do PCP não fossem entregues no tempo regulamentado, dizendo ainda que gostaria muito de poder discutir as referidas propostas concluindo que, certamente, as mesmas voltarão a ser apresentadas à Assembleia. Respondendo à intervenção da **Sr.ª D. Isabel Ventura**, disse ser realmente impressionante o número de crianças que vivem nos limiares da pobreza e que num mundo dito moderno e numa europa desenvolvida é espantoso que os números apresentados ainda existam, mas salientou que as verdades, pelos números apresentados pela eleita do BE, não existem dúvidas que os estados e os governos totalitários deixam lastro mesmo depois de terem acabado. Disse esperar que as democracias mais adultas e mais desenvolvidas consigam pôr fim a estes números de caos, mesmo os que foram herdados de quem tinha menos democracia do que nós. Falando sobre a abstenção disse que considera ser preocupante, mas considerou já ser altura de “colocar a ação em consonância com o discurso”, frisando que já todos estamos cansados de discursos e diagnósticos, dizendo que já se está na altura do que se precisa é de “terapêutica antes que o doente morra”. Disse que, na sua opinião, a abstenção deve inquietar a todos, mas considera que o verdadeiro “D” que tem a ver com a abstenção é o Direito dos Povos a políticas democráticas sérias e transparentes. Disse que, governar para o povo, com o povo sem se servir da coisa pública, mas servindo, deve ser o que se deve exigir dos políticos. Salientou que, quando assim for, a abstenção diminuirá, salientando ser um desafio que cada um deve fazer e exigir aos políticos que também o façam.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, disse querer acrescentar, relativamente aos documentos do PCP, que no que refere à Comissão de Educação de Marvila já todo o plenário sabe a opinião da sua bancada uma vez que este assunto tem sido trazido pelo PSD várias vezes à Assembleia, assim como no que se refere à Comissão do Desporto e outros, dos quais tem havido algumas reuniões com as estruturas da freguesia. No que se refere à Escola Vitorino Nemésio, relembrou que foi apresentada uma proposta na última Assembleia



apresentada pelo seu partido, que foi aprovada mas que até ao momento nada foi realizado.-----

---Não havendo mais perdidos de intervenção por parte das bancadas, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para responder às questões levantadas pelos eleitos. -----

---O **Sr. Presidente da Junta** que, no uso da palavra, saudando os presentes, disse, referindo-se ao Centro de Saúde de Marvila, ficar ainda mais preocupado com o estado de degradação que os serviços públicos têm, salientando que a exposição feita pela intervenção da Sr.^a D. Cátia Gonçalves merecerá por parte do seu Executivo, no mínimo, um ofício para o Ministério da Saúde informando deste relato mostrando a preocupação do seu Executivo relativamente ao assunto apresentado . Disse ainda que é algo que tem vindo a sentir ao longo destes dois anos no que refere à falta de condições do Centro de Saúde de Marvila, a funcionar num edifício mais vocacionado para habitação do que para aquilo que está a ser utilizado, com uma evidente falta de funcionários necessários à rápida resposta que estes serviços devem prestar Disse também que este Executivo irá oficiar a Câmara Municipal de Lisboa relativamente à construção de um novo Centro de Saúde para Marvila num novo local com as condições adequadas a um serviço público de saúde digno dos marvilenses. Relativamente às recomendações apresentadas, respondeu que o Executivo as regista e que e que, sendo votadas, as secundará deixando ainda uma palavra de especial apreço pelo conjunto de propostas e por todas as intervenções feitas pelos senhores membros das bancadas, em especial para as propostas feitas por parte da bancada do Partido Comunista Português, numa área que é sensível e estratégica na freguesia de Marvila que é a Educação, salientando que, numa freguesia que tem memória, saudar a moção que evoca a figura do Sr. António Campino para que possa ser atribuído o seu nome a uma escola da rede pública da freguesia.-----

---Não registando mais nenhuma intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou à votação das moções apresentadas. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à votação a **Recomendação nº 1** respeitante à Carris. -----

---Passada a votação, foi a **Recomendação nº 1** respeitante à Carris **aprovada por unanimidade.** -----

---Foi de seguida colocada à votação a **Recomendação nº 2** referente ao Novo Banco.-----

---Passada a votação, foi a **Recomendação nº 2** referente ao Novo Banco **aprovada por unanimidade.**-----

---Dando por encerrado o Período Antes da Ordem do Dia - PAOD, o Sr. Presidente passou ao **Ponto 1** da Ordem de Trabalhos - **Apresentação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia.** -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para apresentação da Informação Escrita. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, salientou a abertura da Universidade Sénior que tem hoje 14 disciplinas e mais de 20 alunos. Registou ainda haver a conclusão e a abordagem relativamente ao ano letivo de 2019-2020 por parte das escolas do primeiro ciclo da freguesia de Marvila onde frisou que, neste momento não tem havido nenhuma ocorrência relativamente à falta de pessoal não docente nas escolas da freguesia, tendo sido feito um esforço da Junta ao aumentar o número de funcionários a trabalhar na área operacional de Jardins de Infância. Registou ainda o trabalho que tem



sido desenvolvido na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Lisboa Oriental informando sobre a realização de um evento no Pavilhão dos Lóios sobre a celebração dos 30 anos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens numa iniciativa que abrangerá a parte oriental da cidade de Lisboa. Destacou ainda o trabalho que tem vindo a ser realizado com os Grupos Comunitários da Freguesia. -----

---Agradecendo a apresentação realizada pelo Sr. Presidente da Junta, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, saudando os presentes, disse ter sido com toda a atenção que leu e analisou a informação escrita do Presidente da Junta e a Informação Financeira, na qual disse ressaltar que a 31 de outubro a Junta de Freguesia ainda só arrecadou 65,73% da receita prevista e que em relação ao grau de Execução Orçamental se situa nos 42,64%. Salientou que estamos a cerca de dois meses do fim do ano de 2019 e que quer em termos de receita, quer em termos da despesa, o grau de execução se encontra aquém do que seria espetável relativamente as carências da população de cada bairro justificava. Questionou qual a explicação que a CML tem para dar por ter apenas até esta data transferido 59,8% das verbas relativas às competências próprias constantes da Lei 56/2012. Questionou ainda qual a razão que tem a CML de a 28 de outubro ainda não ter transferido para a Junta de Freguesia qualquer cêntimo relativo aos protocolos de transferência de delegação de competências do Fundo de Emergência Social, 50.000 euros, bem como para a CPCJ, 60.000 euros, e as competências correntes, 45.000 euros. Questionou também o porquê do fraco grau de execução orçamental no que diz respeito às despesas, pois na sua opinião, mesmo tendo em conta a evolução desde a última informação do Sr. Presidente da Junta que informava que a execução orçamental estava nos 35,79% e estando agora, a pouco mais de três meses do final do ano a 42,64% não é realmente o desejável, pedindo então esclarecimentos da situação apresentada. Questionou ainda o porquê do fraco grau de execução orçamental em vários pelouros enumerando o Espaço Público com 15,5%, a Segurança e Mobilidade com 0,81%, a Economia e Inovação com 7,94%, a Habitação com 8,76%, frisando o contraste que na sua opinião, ainda bem que assim é, dos pelouros da Cultura com 87%, no Desporto com 71,89% e a Ação Social com 69,81%. Disse ainda que, face ao grau de execução orçamental apresentado, não se entende qual a razão que a Junta apresenta para não resolver um conjunto de problemas que Marvila tem e muitos deles já expostos em Assembleias anteriores e que apesar disso continuam por resolver, dando alguns exemplos ilustrando a sua exposição.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, Disse que seria interessante que o espaço temporal a que o documento diz respeito não incluísse só o mês mas também o dia de início e término do mesmo. Indicou alguns lapsos inseridos no documento para que os mesmos sejam corrigidos. Relativamente ao ponto que refere a Comunicação e Imagem, alertou que dado existir um novo *site* da Junta de freguesia, este deveria estar referido na Informação Escrita do Presidente da junta, salientando já ter visitado o referido *site* dando os parabéns ao Executivo pois este está à imagem de uma freguesia moderna e mais eficaz ~~sugerindo a colocação do Regimento da Assembleia de Freguesia no *site* dando também~~ nota que no *site* não existe nenhuma referencia ao Orçamento Participativo de Marvila. Referindo-se ao Espaço Público, disse que já por várias ocasiões é referido que está a ser elaborado um levantamento das caldeiras vazias mas que esse levantamento ainda não foi apresentado e a situação resolvida. Questionou ainda, relativamente à Oficina

Domiciliária, quanto funcionários estão agregados a esta ferramenta que a Junta de freguesia disponibiliza aos seus fregueses. Referindo-se ao Passeio Mistério e Praia Campo Infância e Sénior verificou que o número de participantes não está referido no documento, ao contrário do que é verificado relativamente a outras iniciativas, pedindo informação do número de participantes nas atividades indicadas. Relativamente à distribuição de gelados pelas escolas da Freguesia, disse que, na sua opinião foi uma iniciativa que poderia ter sido realizada de uma forma completamente diferente dado já não ser a primeira vez que a Junta faz distribuição de gelados considerando que a distribuição de gelados nas escolas, na sua opinião, não é aquilo que se pode considerar o mais importante. Falando do centro de saúde de Marvila, disse já ser do conhecimento de todos que o mesmo funciona em condições pouco dignificantes não sendo o mais dignificante para os utentes sendo uma realidade de há vários anos e disse querer acreditar que, de uma vez por todas, essa situação possa modificar-se com a construção do novo Centro de Saúde. Questionou, relativamente ao Pavilhão dos Lóios que se encontra em obras há cerca de quatro meses, qual a intervenção que está a ser realizada no mesmo e qual a previsão do seu término. Disse ainda que apenas uma casa de banho do referido espaço está em funcionamento.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra à **Sr.ª D. Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, falando dos apoios concedidos aos clubes e associações e IPSS, disse que, na sua opinião, o valor é elevado para tão curto período de tempo questionando se estas instituições fazem um relatório justificativo sobre os gastos referentes ao apoio dado uma vez que o dinheiro recebido é dinheiro público e assim sendo deve ser justificado e fiscalizado frisando que esses dados deverão ser públicos e que algumas freguesias já o fazem. Relativamente à Ação Social, disse que continua a considerar que o número de atendimentos realizados são modestos – 107 atendimentos e 103 atendidos – sendo tido em consideração as grandes carências dos moradores de Marvila. Questionou, tendo em conta esta situação se não haverá um afastamento da autarquia em relação a estes moradores.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra, saudando os presentes, disse que, relativamente à Informação Escrita do Presidente e tendo em mão os documentos que lhe foram entregues, recursos financeiros para realizar obra não faltam. Disse que, de acordo com os mapas distribuídos, este ano as disponibilidades atingiram o valor até ao mês de outubro de 8 milhões, 127 mil e 650 euros. Correspondendo, em sede de orçamento, a juntar 6 milhões, 128 mil e 650 euros mais 2 milhões que estão em reserva, o que quer dizer que em relação às transferências de capital, relativamente aos protocolos assinados pela Junta, este ano, 2 milhões e 400 mil euros, foram recebidos 31% de um dos contratos de delegação de competências. Referindo-se às despesas e tendo em conta os mesmos mapas constatou que foram pagos 3 milhões, 975 mil e 771 euros correspondendo a despesas com pessoal – 1 milhão, 645 mil euros, aquisição de bens e serviços – 1 milhão 402 mil euros, transferências correntes – 827 mil euros, outras despesas – 6 mil euros e aquisições de bens de capital, ou seja, intervenções em toda a área de Marvila – 93 mil euros, havendo assim um saldo de 4 milhões, 152 mil e 878 euros lembrando que nestes valores estão considerados 2 milhões que estão em reserva e que faltam receber 3 milhões, 195 mil euros e a execução da despesa em outubro é de 42.64% e, na sua opinião, muito dificilmente a taxa de execução alterará. Disse ainda que o valor das



transferências correntes são apoios dados a instituições da freguesia e famílias, salientando que 20,8% das despesas foram para apoios – para instituições sem fins lucrativos 758 mil euros, para o fundo de emergência social (protocolo da CML) 41000 euros, do fundo de emergência de Marvila 28 mil euros. Disse ainda que, nas Informações Escritas do Presidente, os subsídios disponibilizados pelo Executivo às instituições foram: na primeira Assembleia de Freguesia 227587 euros, na segunda Assembleia de Freguesia 228338 euros, na terceira Assembleia de Freguesia 217000 euros e nesta Assembleia 197000 euros, o que dá 870821.91 euros. Continuou o raciocínio dizendo que, na Contabilidade, estão lançados os compromissos de 824353.87 euros e pagos 758165.28 euros. Comparando esse valor com o valor registado na Contabilidade, disse existir aí uma não-conformidade afirmando que algo vai mal no controlo interno. Fazendo comparação disse só terem sido gastos em viadutos, arruamentos e obras complementares 43000 euros, parques e jardins 2000 euros, instalações desportivas e recreativas 5700 euros, sinalização e transito, 6000 euros, mobiliário urbano 7000 euros, salientando que estes correspondem a 1,68% da execução e do orçamento 0,68%. Referenciando a execução por orgânica disse verificar que algumas delas nem a 1% da execução chegam, dando exemplos de algumas delas. Disse ainda que com os exemplos explanados se entende o porquê das alterações orçamentais, uma vez que, na sua opinião, quando o orçamento foi feito nas diferentes orgânicas tinha um determinado valor e quando se faz a primeira revisão o valor baixa. Disse que Esta informação mostra muito pouca ação para quem se apresentou dizendo que iria mudar a freguesia.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu de seguida a palavra à **Sr.ª D. Luísa Costa Gomes (PS)** que, no uso da palavra, esclareceu que a Rua Estevão de Vasconcelos não cruza com a rua Vale Formoso de Cima mas sim com a rua do Vale Formoso, informando ainda que o sinal aí colocado continua virado embora alguns moradores já o tenham tentado colocar na forma correta mas verificaram que está bem colocado, só não está na posição correta talvez por algum veículo lhe ter dado um toque e ele ter rodado. Questionou se, em relação aos abrigos para animais de rua com material reciclado, se existe a preocupação de esterilizar os animais. Disse ficar contente por saber que o Gabinete de Saúde continua a fazer o seu bom trabalho sendo pena que não consiga complementar as questões que são aqui levantadas em relação ao Centro de Saúde. Nesta sequência disse esperar que a Junta tenha alguma intervenção sobre o assunto embora esteja ciente que ultrapassa em muito a boa vontade e a capacidade do que a Junta possa fazer. Pediu ao Sr. Presidente da Junta uma explicação relativa às dúvidas colocadas pelos eleitos nas suas intervenções anteriores sobre a parte financeira da Informação Escrita do Presidente. Sobre os pedidos de intervenção no âmbito do Fundo de Emergência Social serem poucos, disse ser da sua opinião que não se podem inventar pedidos não havendo mais.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, questionou o porquê de só passados praticamente três meses serem divulgadas fotos do evento "Marvila Tejo" depois de tanto tempo. Salientou que na passada Assembleia tinha sido feito um pedido por parte da sua bancada para se poder realizar uma visita à Vinha de Marvila, tendo ficado espantado porque passados três dias desse pedido O Vereador da CML e o Vogal da Junta de Freguesia terem realizado uma visita a esse espaço e não houve por parte da Junta qualquer convite a estender-se aos membros da Assembleia de Freguesia. Voltou a pedir tal como salientou

já ter feito em Assembleias anteriores, a limpeza do espaço circundante ao Continente sito na Av. Dr. Augusto Castro uma vez que aquelas obras já terminaram há praticamente um ano e apesar dos sucessivos pedidos realizados, a situação ainda não foi resolvida, continuando com os espaços verdes e o espaço público por finalizar. Lembrou ainda continuar sem notícias dos dados do Orçamento Participativo que já foram solicitados na Assembleia anterior. Salientou que a obra na Rua Actriz Palmira Bastos ainda não está completamente finalizada.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Manuel Saraiva (PS)** que, no uso da palavra, tentando responder á última questão do Sr. Luís Castro, elucidou que a obra referida pelo mesmo não tem nada a ver com a grande intervenção levada a cabo naquela rua pela CML. Aquela é uma obra da EDP e nada tem a ver com a obra anterior dizendo que a referida empresa não soube utilizar o imenso tempo da intervenção camarária para fazer também a intervenção que necessitava.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu de seguida a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra, questionou, relativamente ao Orçamento Participativo o porquê de, apesar de estarem compromissados 17500 euros, só estarem executados 15000 euros.-----

---Não registando mais pedidos de intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para responder às questões levantadas pelos eleitos.-

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, pediu permissão à Assembleia para responder às questões apresentadas pelos eleitos mas que pudesse ser a vogal Sr.^a D. Susana Guimarães a responder a questões relacionadas com o Orçamento Participativo. Respondendo ao eleito, Sr. António Pereira, disse sempre ter acompanhado o eleito sobre as questões do grau de execução orçamental e que tem havido algumas dificuldades de registo de todos os exercícios e de ter uma execução orçamental acima dos 65%-70%. Salientou, tal como na Assembleia anterior que este Executivo acredita também que deve ter saldo e boas contas, bons saldos, para não se ficar em situações como noutras freguesias, estando este Executivo a funcionar com sustentabilidade financeira, a fazer contratação de variados recursos humanos para os serviços da Junta de Freguesia, fundamentalmente para as áreas operacionais. Salientou que este Executivo abandonou em grande parte o *outsourcing* de que esta Junta de Freguesia vivia mas frisou que se tem que pensar numa sustentabilidade financeira para que um conjunto de planos que o Executivo tem em áreas estratégicas que foram identificadas como a Educação, a Ação Social, o Desporto e a Cultura continuem a ter esta sustentabilidade. Disse também concordar com o eleito Sr. António Pereira quando este diz que se pode fazer mais e melhor e indicou que isso será uma segunda parte do mandato em que espera que, por parte da Junta de freguesia e com os marvilenses, se venha a verificar uma melhoria acentuada daquilo que é o espaço público da freguesia acreditando que será o que vai acontecer. Relativamente às questões levantadas pelo eleito do PCP, disse ter toda a razão havendo um conjunto de situações que infelizmente até agora ainda não foram resolvidas e que tomaria boa nota das mesmas para que se possa aligeirar a sua solução. Chamou a atenção para a situação das caldeiras vazias esclarecendo que é a Junta de freguesia que tem que fazer o levantamento da situação mas não é a Junta e sim a Câmara Municipal de Lisboa que tem que proceder à plantação das árvores necessárias sendo dela a competência da sua colocação. Quanto à questão do número de pessoas envolvidas na Praia-Campo Sénior, respondeu que foram cerca de 200 pessoas. Disse ainda que em



termos de políticas sociais e do número de pessoas que abrangeu, relativamente ao anterior Executivo, este Executivo duplicou tudo o que era oferta relativamente a este conjunto de atividades, bem como foi aumentado exponencialmente o número de crianças abrangidas por estas atividades. Relativamente à questão relativa à Oficina Domiciliária, esclareceu que são quatro os funcionários abrangidos por este projeto. Relativamente à distribuição dos gelados nas escolas, disse considerar ser uma excelente política fazer a distribuição de gelados como um momento de aproximação entre o Executivo da Junta e as escolas da freguesia, considerando ser algo que todas as crianças gostam e que é importante dar a todos a oportunidade de ter este tipo de miminho. Falando da distribuição dos gelados na garagem disse considerar não sere degradante pois serviu para apresentar um projeto de um jovem tetraplégico que só poderia fazer a apresentação naquele local salientando não ter havido outra possibilidade em termos de proximidade tendo sido esta a solução encontrada para realizar esse evento e também lembrou que o referido espaço serviu para ser o espaço do catering relativo à inauguração da Junta de Freguesia. Respondeu também que a conclusão das obras do Pavilhão dos Lóios estão para breve e que as dificuldades existentes são dificuldades do próprio empreiteiro dizendo ainda que a Junta tem insistido com o mesmo para que este conclua as obras do referido pavilhão. Referindo-se às questões colocadas pelo Sr. António Alves, disse que as questões, como normalmente, são sempre mais de caráter contabilístico e não tem que tecer muitas considerações dizendo apenas que, na sua opinião, há um “mar” de distância na forma de fazer política, frisando que faz política para as pessoas, de uma forma afetuosa e afetiva, para resolver os problemas das pessoas e que, mesmo dessa forma, o Executivo continua a demonstrar boas contas. Respondendo à intervenção da Sr.^a D. Luísa Costa Gomes, considera realmente ser necessário ter mais um conjunto de políticas relativamente a abrigos para gatos e à sua esterilização. Informou ainda que houve um projeto, em termos do Orçamento Participativo, que foi vencedor e está a ser aplicado na freguesia de Marvila com uma associação que é a GRATA. Relativamente ao número de pedidos do FES, informou que aumentou bastante salientando que as técnicas de serviço social atendem os utentes o mais que lhes é possível e todas as pessoas atendidas têm encontrado resposta aos seus problemas. Frisou ainda que, como presidente do Executivo, atende em dois meses o que provavelmente o anterior Executivo atenderia num ano. Convidou os senhores membros da Assembleia a presenciar um dia do seu atendimento e a verificarem quantas pessoas são atendidas. Disse que, em termos de resposta social, disse que ainda não é o ideal, considerando que os marvilenses devem ter uma resposta ainda maior que que a proximidade dos marvilenses com a Junta de Freguesia deve ser ainda mais estreita dizendo ainda que numa freguesia tão carenciada como Marvila deve haver resposta a todos. Salientou ainda que esta é uma Freguesia de porta aberta que não dificulta a possibilidade das pessoas solicitarem ajuda mas que, obviamente, as pessoas têm que cumprir as regras necessárias para que o seu pedido possa ser atendido. Frisou ainda que são os técnicos da Junta que fazem os pareceres e que submetem à apreciação e consideração superior mas salientou também que, na sua opinião se pode fazer ainda mais e melhor. Respondendo ao Sr. Luís Castro disse que a melhor altura para visitar uma vinha será em setembro que é a altura em que se vindima. Sobre a rua Actriz Palmira Bastos, agradeceu ao Sr. Manuel Saraiva pelo esclarecimento fornecido.-----



Handwritten signature in blue ink.

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à vogal **Sr.ª D. Susana Guimarães** que, no uso da palavra, respondendo às questões colocadas pela bancada do PSD e falando do novo site da Junta de Freguesia, disse que não está nenhuma informação no site uma vez que o próprio Orçamento Participativo, como é do conhecimento de todos, tem um site. Disse ainda que nesse *site* está inserida toda a informação relativa ao Orçamento participativo tais como os projetos vencedores e que irão ser executados. Relativamente à execução dos Orçamentos Participativos, informou ter recebido um *e-mail* do eleito do PMMI, Sr. António Alves, considerando que é uma ótima ideia de se fazer um relatório como foi sugerido com uma grelha, relatório esse que informou estar a ser elaborado e será enviado para todos os membros da Comissão. Lembrou ser necessário ter em conta de que, relativamente aos Orçamentos participativo, não nos podemos sobrepor aos promotores dos projetos tendo que ser tudo realizado nessa concordância dado que são projetos de participação cívica e tudo deve ser realizado em acordo com os mesmos.-

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de novo a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que, no uso da palavra, respondendo à Sr.ª Isabel Ventura, disse detetado uma gralha, corrigindo que o apoio ao COL não foi de 30000 euros mas sim de 7500 euros e também que o apoio aos escuteiros de acordo com o protocolo votado na Assembleia é de 15000 euros. Disse ainda que só se deve continuar os dar apoios se a instituição apresentarem os relatórios de atividades solicitados pela Junta de Freguesia.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou ao **Ponto 2** da Ordem do Dia - **Instrumentos Previsionais para 2020: Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades** lembrando que, conforme acordado em reunião de líderes, o ponto está junto para apresentação e discussão dos diferentes assuntos mas os mesmos serão votados separadamente.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** para apresentação do **Ponto 2** da Ordem de Trabalhos - **Instrumentos Previsionais para 2020: Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades** .-----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, fez uma pequena apresentação em *power-point* onde apresentou o Orçamento, o Plano Anual de Investimento e o Plano de Atividades conforme os documentos apresentados.-----

---Agradecendo a apresentação, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, disse estranhar que o valor total da despesa de 2019 – 6 milhões 450 mil euros – seja igual ao valor do total da despesa prevista para 2020 questionando se não há nenhuma evolução. Ao nível das atividades, disse verificar que há atividades previstas para 2020 que têm uma previsão de despesa extremamente baixa dando como exemplo a habitação e o urbanismo onde enumerou o descrito no documento apresentado dizendo verificar que apenas será previsto gastar 0.64% da despesa, vendo a mesma situação na verba destinada ao Património, Comércio e Urbanismo e Economia e Inovação com uma verba ainda menor. Pediu assim esclarecimentos de como se poderão realizar as atividades referidas com tão pouca verba. Tendo em conta estas situações não poderá aprovar o Orçamento apresentado, salientando que o Plano de Atividades está muito bem feito e que concorda com ele por inteiro mas em relação ao Orçamento, na sua opinião, torna impossível a realização do Plano de Atividades. Salientou verificar também que houve alguns pelouros onde se

1



denota uma evolução dando como exemplo a Educação mas tornam ainda mais contrastantes a situação apontada.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. António Alves (PMMI) que, no uso da palavra, disse que, como todos sabem, o Orçamento é um documento político e deverá espelhar a mobilização de recursos para a concretização das políticas sendo através deste documento que os funcionários, colaboradores e demais agentes deverão desenvolver a sua ação. Afirmou que recursos financeiros não faltam para realizar obra. Disse verificar que para 2020, a receita, em sede de Orçamento o Executivo apresenta um incremento de 27,79%, ou seja, 1 milhão,402 mil euros que, na sua grande maioria são afetos a transferências de capital e que estão muito direcionados ou muito justificados relativamente aos contratos de delegação de competências assinados com a CML. Pediu esclarecimentos sobre um aumento em 36000 euros relativamente às Taxas, Multas e Outras Penalidades. Disse que, relativamente às Contas Correntes, faz todo o sentido o incremento apresentado. Pediu também esclarecimentos sobre uma verba apresentada – 19400 euros – relativa a Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes, questionando se a Junta de Freguesia vende bens e presta serviços. Relativamente à Ocupação do Espaço Público, nas Transferências Correntes e nos Serviços Prestados aos marvilenses, disse ter verificado que o Executivo prevê um aumento da receita. Disse ter verificado que prevê também arrecadar 1 milhão, 347 mil e 180 euros referente às Delegações de Competências assinadas em 2019, chamando à atenção que os Contratos de delegação de competências referem o pagamento da seguinte forma: resíduos urbanos – 100000 euros pagos de uma só vez, vários programas municipais – 2 milhões, 290 mil e 300 euros sendo 40% recebido durante a assinatura do contrato, 30% numa segunda fase, 27 % numa terceira fase e 3% com a finalização. Relativamente ao Contrato de Delegação de Competências dos resíduos urbanos, disse não estar evidenciado nos mapas o recebimento de 100000 euros de 2019, o que leva a pressupor que irão ser arrecadados em 2020. Relativamente ao Contrato de Delegação de Competências para a Intervenção nas Áreas Verdes e Expectantes, disse não estar evidenciado nos mapas entretanto entregues e relativos a 2019 o recebimento de 9932 euros e 52 cêntimos que serão pagos de uma só vez sendo estes dois valores que não estão evidenciados no Orçamento apresentado. Relativamente ao Contrato de Delegação de Competência a que se destina Bairro 100% seguro, Escola 100% segura, a requalificação dos Equipamentos do Espaço Público, Casa Aberta Habitação e Equipamentos Desportivos de Direitos Sociais, o que poderá acontecer em 2020 é receber a segunda tranche, no valor de 30% a que corresponde o valor de 687000 euros e frisou que, para que isso aconteça, os serviços têm que enviar um relatório no valor de 916125 euros que foi o arrecadado em 2019. Disse que, a seu entender a Junta não o conseguirá fazer pois não está munida de recursos humanos para o levar a efeito. Salientou que ainda falta recrutar a equipa técnica local composta por um coordenador e dois técnicos. Dando a sua opinião para correção dos serviços, disse entrelaçado o valor do referido CDC para a delegação de competências na rubrica das freguesias, transferência das freguesias concluindo que, a seu ver, deveria estar lançado na transferência do município-explanando que a conta é outra e que se deve ter em conta de onde vêm os recursos e não para onde vão. N orçamento da despesa corrente disse verificar uma diminuição em recursos humanos e nos bens e serviços e um aumento bastante significativo nos apoios descrevendo as percentagens descritas no documento referido. Disse verificar ainda um incremento na



despesa dos trabalhos especializados questionando se serão mais recibos verdes solicitando uma explicação sobre isso. Disse também que se verifica, nas despesas com pessoal, uma variação negativa de 10207 euros acreditando que esta variação negativa deveria ser superior, uma vez que neste momento a Chefe de Divisão da Ação Social, Desporto e Cultura já não faz parte dos quadros e, segundo informação do Sr. Presidente da Junta, não irá ser substituída. Salientou que só esse valor ascende a 49156,46 euros. Disse ainda que as despesas com pessoal, na rubrica de pessoal em regime de tarefa ou avença, estão refletidos 306250 euros embora o Sr. Presidente tenha dito na última Assembleia que o mapa de pessoal já estava concluído. Questionou então se os recibos verdes irão continuar e que mudanças constitucionais assumem, que compromissos e investimentos assumem para além das despesas normais para o funcionamento dos serviços essenciais. Frisou que a Junta não pode apenas servir para pagar ordenados aos funcionários transferidos e aos colaboradores que já cá estavam pois para isso não seria necessário um órgão eleito, bastaria um departamento de um qualquer serviço público. Disse que é também responsabilidade do órgão eleito fazer uma mudança positiva no território. Quanto à política de subsídios disse que, a seu entender, tem que existir visibilidade, não podendo substituir serviços fora da missão das instituições frisando que isso é concorrência desleal e fraude fiscal em sede de IVA, salientando também que nem apoios desmesurados que se traduzem na compra política dos associados. Disse ainda considerar que a freguesia se encontra imunda cercada de dejetos caninos com bairros onde não se vê intervenções no espaço público há muito tempo e com um nível de conforto urbano que se compara muito mal com a maioria dos bairros da cidade. Disse ainda que a existência das verbas excessivas em balanço são o resultado de uma evidente incapacidade da execução orçamental numa agenda de médio prazo que posicione Marvila no contexto da cidade. -----

--O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, relativamente aos documentos provisionais para 2020, disse que o tempo disponível para a sua intervenção não permite fazer grandes análises, mas da leitura feita aos documentos apresentados é-lhe permitido chegar a algumas conclusões. Tendo como referência documentos anteriores, comparando o documento com o apresentado no ano anterior, disse parecer que algo está a fugir um pouco da realidade. Disse que na receita prevista para 2020, a redução da receita do IMI não se irá confirmar, uma vez que a CML mantém as taxas de incidência verificadas no ano anterior. Também na proveniência dos juros que a Junta mantém nalguns bancos e que, como é visto, não é tão pouco como isso. Vendo a redução dos juros apresentados no ano de 2020, disse que o Executivo deverá rever as suas estratégias para negociar as taxas de juro com os referidos bancos. Referindo-se às competências previstas na Lei 56, disse não considerar correto prever-se a mesma quantia que em 2019 conforme o exemplo da variação de 2018 para 2019. Deu mais alguns exemplos, referindo a Tabela de Taxas e os Atestados, onde diz ver um crescimento significativo, as receitas de capital e as receitas correntes, as despesas correntes e despesas de capital, discriminando os valores apresentados solicitando explicações sobre os mesmos. Fez alguns reparos a nível gramatical e de nomenclatura apresentada. Dizendo não se ir referir a todas as orgânicas, pediu esclarecimentos referentes a algumas delas para poder votar os documentos com convicção e verdade. Nomeou algumas questões e dúvidas, enumerando os pelouros apontados por si, explanando as suas dúvidas nas rubricas neles inseridas. -----

4



---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, saudando os presentes e referindo-se ao Plano de Atividades, disse que poderia acrescentar-se um ponto para se ver a situação da Escola Vitorino Nemésio uma vez que se fala de outros equipamentos e não deste. Apresentou algumas gralhas que não conseguiu entender pedindo esclarecimento sobre as mesmas. Referindo o pelouro da Cultura, disse não estar referido o evento Marvila Tejo questionando se este evento terá lugar em 2020. Questionou e pediu esclarecimentos sobre a informação relativa à sugestão à CML sobre a construção de um mercado contínuo à Feira do Relógio. -----

---Não registando mais intervenções o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que, no uso da palavra, referindo as questões colocadas pela Sr.^a D. Isabel Ventura, referente ao Património, Comércio, Urbanismo e Economia e Inovação, disse que poderiam estar alocadas a uma outra despesa orgânica. Informou que a autonomização da habitação tem a ver com a reforma administrativa de 2014 onde foi solicitado às freguesias uma nova responsabilidade e uma nova forma de olhares para o seu espaço territorial em termos de habitação. Disse que se estivesse numa freguesia com um menor espaço territorial que a freguesia de Marvila, estaria de certeza a olhar esta questão da habitação de uma forma diferente uma vez que, provavelmente, conseguiria responder às solicitações tidas na referida área, mesmo utilizando as verbas do orçamento e não as verbas delegadas do município. Disse que o problema tem a ver com a adoção de uma política onde foi deixado de externalizar o serviço prestado, onde em pequenas reparações é realizada pelos funcionários da Junta e muitas das aquisições de bens e serviços para esses trabalhos eram alocados a outras rubricas, situação que disse ter que ser corrigida. Disse que a Junta não se pode comprometer a fazer uma obra na casa de um marvilense sem correr o risco de, daí para a frente ter que a fazer na casa de muitos mais, convidando na sequência disso, de vir à Junta numa quarta feira de atendimentos para ver a quantidade de situações de equivalente necessidade neste tema. Disse que para investir em habitação a sério em Marvila, nem sequer setecentos ou oitocentos mil euros seriam suficientes. Informou que os 40000 euros apresentados no documento, são para dar respostas a situações urgentes e inadiáveis, de pessoas que ainda não têm a sua casa de banho, etc., dizendo também que ninguém compreenderá uma intervenção numa habitação da Gebalis ou no IHRU que são habitações sociais do município. Disse ainda que, para realizar uma intervenção mais séria a nível habitacional, as verbas recebidas não poderiam ser nos níveis dos 40 mil euros mas sim dos 600 ou 700 mil euros e mesmo assim seriam solicitadas ainda mais explicações porque se faria uma intervenção em A e não em B. Disse que quem está numa habitação da Gebalis ou da IHRU deve pedir par que sejam essas instituições a fazer as obras necessárias. Referindo-se à intervenção do Sr. António Alves, disse que o Executivo tem tentado encaminhar o seu orçamento dos princípios sugeridos pela sua bancada sendo um contributo para a discussão do orçamento bem como a intervenção do Sr. António Pereira. Referindo-se de seguida à intervenção do Sr. António Pereira disse que não houve nenhum milagre mas sim devido a novas entradas no quadro da Junta, dizendo ainda que isto não se manterá e ~~que será espelhado na primeira revisão orçamental onde estarão mais 21 lugares no~~ quadro da junta e onde haverá, não falsos recibos verdes mas verdadeiros, situados em três áreas que são Jardins de Infância e Higiene Urbana e uma equipa de missão para o pelouro do desporto que visa a Capital Europeia do Desporto de 2020-2021. Disse que a nível de despesas de capital elas irão ser usadas maioritariamente no espaço público,



como campos de jogos, parques infantis, etc. Disse ainda que a nível dos Direitos Sociais poderá haver algum encontro, relativamente às negociações a haver com a CML, nomeadamente a candidaturas de entidades sedeadas em Marvila e que fazem candidaturas ao Fundo Social Europeu, sendo essas candidaturas aprovadas, que sejam utilizadas as verbas do contrato de delegação de competências como uma comparticipação por parte da Junta de Freguesia de Marvila. Relativamente às questões levantadas pelo Sr. Luís Castro, agradeceu os lapsos apontados dizendo que irão ser corrigidos, bem como acrescentar o que foi sugerido pelo eleito. Relativamente ao evento "Marvila Tejo", respondeu que este não terá uma edição em 2020, informando que terá uma edição em 2021 sendo um projeto a realizar de dois em dois anos. Disse que o Executivo está a procurar um projeto diferente, em parceria com a Escola Secundária D. Dinis, de realizar três ou quatro espetáculos musicais muito mais intimistas e para um outro tipo de público da freguesia, diversificado e atingindo diversas faixas etárias. Relativo ao mercado continuo à Feira do Relógio, disse que esta é uma das medidas que ficou referida no documento, mas que deveria ter caído pois não há condições de fazer qualquer mercado continuo à Feira do Relógio. Informou o plenário que, no início do mandato foram contatados pela CML para receber a feira do Relógio em delegação de competências, proposta que o seu Executivo declinou, uma vez que é sua opinião que a feira do Relógio deverá encontrar uma outra localização pois tem entraves muito grandes relativamente à população do Bairro dos Lóios e disse acreditar que, aquele tipo de feiras numa cidade que começa a ficar consolidada, tem que encontrar um outro espaço que poderá até ser na freguesia de Marvila mas não num eixo viário com a dimensão da via onde está atualmente situada a Feira do Relógio.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de novo a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra, numa atitude colaborativa, disser ser necessário ter algum cuidado, relativamente aos 19400 euros falados anteriormente (vendas e prestação de serviços), aconselhando a ler o artigo 53 do código do IVA e, ao mesmo tempo, ver um parecer jurídico da CCDR. Relativamente aos contratos de delegação de competências, disse que seria muito mais útil olhar muito bem para as responsabilidades que estão implícitas e distribuir isso de forma a responder à CML, distribuindo os recursos financeiros de forma a dar uma fácil resposta para os pedidos de justificação relativamente aos 2400000 euros.-----

---De seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Rogério Mota (PCP)** que, no uso da palavra, disse que, relativamente ao Plano de Atividades, na sua opinião, seria importante uma articulação entre o pelouro da Educação e o pelouro do Desporto relativamente ao ensino do primeiro ciclo, introduzindo o ensino dos jogos tradicionais nas referidas escolas, dizendo que existe na população da freguesia uma grande tradição no que se refere a estes jogos, enriquecendo assim as nossas crianças e facultando-lhes outro aprendizado enriquecedor. Disse também ser muito importante o ensino do xadrez no primeiro ciclo. Disse ter estado muito atento à intervenção do Sr. Vereador na Gala do Desporto na Escola Secundária D. Dinis, e julga que foram referidos dois pavilhões gimnodesportivos na freguesia de Marvila: um que é o desejado há já muito tempo e outro, com um grande investimento no quartel dos bombeiros em Marvila que também poderá vir a ter um pavilhão gimnodesportivo. Acredita que se deve aproveitar a boa vontade do Sr. Vereador quando diz que Marvila há-de ser uma grande freguesia da europa, algo que disse também querer acreditar e que deseja ardentemente

#10
D



que isso possa acontecer. Disse que a freguesia também necessita da cobertura de alguns dos polidesportivos já existentes para que as coletividades possam ter condições de prática desportiva. Disse que também relativamente ao chamado Telheiro do Vale Fundão, e havendo uma requalificação da Mata do Vale Fundão, esse telheiro tem a necessidade de ser transformado num espaço fechado. Considera que, no referido pedido à CML sobre a recuperação da parte sul do Parque da Bela Vista, isso deve ser solicitado ao Rick-in-Rio como contrapartida da utilização do referido parque sem dar qualquer contrapartida. Deixou também uma chamada de atenção de qual a atitude a ter sobre o investimento Prata onde é dito na imprensa que estes apartamentos são para a classe média quando na realidade não é bem assim e disse ter que haver atenção quando é informado que esta situação fez aumentar exponencialmente o custo do metro quadrado em Marvila. Disse ainda ter receio que, daqui a alguns anos, Marvila esteja totalmente descaracterizada e que a sua história possa ficar perdida, com “parentes pobres” e “parentes ricos”. -----

--- O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra à **Sr.ª D. Luísa Costa Gomes (PS)** que, no uso da palavra, agradeceu as explicações do Sr. Presidente da Junta em resposta às dúvidas suscitadas. Disse que, quando se consegue melhorar os resultados reduzindo a despesa, não deve ser considerado um milagre mas sim eficiência. Pediu esclarecimentos ao eleito do PMMI sobre ter utilizado na sua intervenção os termos “apoios encapotados” e “favores políticos”, dizendo que gostaria que tudo ficasse claro. Relativamente ao investimento “Prata??” Disse que, enquanto moradora prefere ter o empreendimento a crescer do que um enorme buraco cheio de água, sujeito a que houvesse algum acidente grave como esteve ali durante anos e ninguém nunca fez nada apesar dos vários pedidos de intervenção. Disse que não a incomoda que venha outra gente para Marvila desde que mantenham o que é característico e que não aconteça, como aconteceu com a fábrica do material de Guerra, por alteração paisagística e de estrutura a perda de edifícios como o prédio do relógio e outros no mesmo espaço por que isso sim seria uma perda para a freguesia.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, relativamente ao plano de Atividades, indicou algumas gralhas do documento, enumerando-as para a sua possível correção. Disse que, na sua opinião, dever-se-ia continuar a reivindicar da CML um Pavilhão Multiusos que, na sua opinião, tanta falta faz à freguesia considerando ser interessante que a Junta de Freguesia se comesçasse a bater por algo tão necessário aos marvilenses. Apontou também algumas situações relativas ao documento onde apresentou algumas sugestões para que este ficasse mais completo. Disse que, além do direito animal também se deve referir os deveres dos donos dos animais que nem sempre cumprem o que devem. Salientou também que além de nos congratularmos com a criação de uma superesquadra, nos devemos preocupar que mais nenhuma das esquadras existentes possam encerrar. Indicou também algumas falhas gramaticais existentes no documento para sua correção. Disse que o plano para a zona ribeirinha esteve embargado porque os referidos responsáveis da obra queriam implantar os projetos mas não queriam assumir as infraestruturas.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª Luísa Costa Gomes (PS)** que, no uso da palavra, disse não ter conhecido para aquela zona nenhum outro projeto que não este. Disse que, se foram obrigados a fazer as infraestruturas que lá estão agora, fica



Handwritten signature or initials in blue ink.

muito satisfeita frisando que, o que conta para a população é o que existe comparado com o que dantes existia. Em relação aos transportes houve muitos anos que não houve transportes naquela zona apesar dos variados pedidos e apenas houve a volta dos transportes porque os privados necessitaram que assim fosse e mesmo assim sendo a população ficou contente porque nada havia sido conseguido antes.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que, no uso da palavra, agradeceu a chamada de atenção sobre o código do IVA. Informou que, a pedido do Grupo Comunitário de Marvila Antiga, irá ser feita a apresentação pública do projeto da Matinha no dia 18 de novembro no salão nobre da junta de freguesia dizendo que todos poderão estar presentes. Informou que já há dois meses atrás foi solicitado à Junta uma pessoa para fazer o acompanhamento da descontaminação dos solos e que foi nomeada a vogal, Sr.^a D. Susana Guimarães para fazer esse acompanhamento. Referindo-se às questões levantadas pelo Sr. António Pereira, disse corroborar no que refere a defesa de um pavilhão multiusos. Disse ainda que espera que a promessa do vereador se concretize no que se refere ao pavilhão desportivo do quartel dos bombeiros e que seja possível ter acesso à população para que dele usufrua, salientando que terá algumas dúvidas. Disse estar bem encaminhada a situação do campo de jogos no bairro Marquês de Abrantes e a concretização do pavilhão desportivo no interior da EB 2, 3 de Marvila. Disse também acompanhar o eleito Sr. Rogério Mota quando fala da cobertura dos nossos espaços desportivos e que faz todo o sentido. Relativamente às esquadras, disse que as mencionadas não tinham quaisquer condições de funcionamento, esclarecendo que o que está idealizado não é uma superesquadra mas sim uma esquadra com dignidade para o trabalho dos agentes da lei. Disse ainda que tem havido alguma dificuldade sobre a localização da esquadra não sabendo ainda qual a localização definitiva devido a haver estudos das fundações que apontam para alguma incompatibilidade daquele terreno ser o correto para ser o espaço para construção da esquadra devido à passagem do túnel do metro no referido local informando que a Junta já deu a opinião que esta infraestrutura deveria ser feita onde hoje está situado o Circo Chen sendo até melhor em termos de acessos e até para um melhor funcionamento da esquadra em prol da freguesia e dos marvilenses.-----

---Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à votação o **Orçamento para 2020**.-----

---Passada a votação, foi o **Orçamento para 2020** aprovado por **maioria com os votos a favor do PS e do CDS, as abstenções do PCP, do PSD e do BE e o voto contra do PMMI**.-----

---Foi de seguida colocado à votação o **Plano Plurianual de Investimento para 2020**.---

---Passada a votação, foi o **Plano Plurianual de Investimento para 2020** aprovado por **maioria com os votos a favor do PS, do CDS e do PMMI e as abstenções do PCP, do PSD e do BE**.-----

---Foi depois colocado à votação o **Plano de Atividades para 2020**.-----

---Passada a votação, foi o **Plano de Atividades para 2020** aprovado por **maioria com os votos a favor do PS, do CDS e do PMMI e as abstenções do PCP, do PSD e do BE**.---

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida ao **ponto 3** da Ordem de Trabalhos – **Mapa de Pessoal da Freguesia**, passando a palavra ao Sr. Presidente da Junta para apresentação do ponto.-----

10
2



---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, fez uma breve exposição apresentando o Mapa de Pessoal da Freguesia, dizendo que não existe uma grande alteração e que este mapa prevê um aumento dos assistentes operacionais nos Jardins de Infância e na área da higiene urbana. Disse ainda haver a possibilidade de haver um concurso a nível de assistentes operacionais que poderá vir a regularizar mais situações de trabalho precário pois neste momento os operacionais já têm outra situação a nível de habilitações literárias que poderão permitir a sua habilitação a um concurso para integração nos quadros da Junta. Disse estar a estudar-se a possibilidade de utilizar os assistentes operacionais em bolsa para a sua integração nas escolas EB 2, 3 Damião de Góis e de Marvila havendo talvez a possibilidade de fazer um acordo sobre isso com a CML podendo, se isso se vier a concretizar, que o quadro de Pessoal, em 2021, baixe o seu número de efetivos. Falou ainda da situação de dois lugares de técnicos superiores que já estão a exercer as suas funções, uma psicóloga e uma assistente social, cujas vagas para estas pessoas ainda não aconteceram porque a mobilidade das pessoas que daqui saíam ainda não está concretizada.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra, disse, comparando o Mapa de Pessoal de 2019, as despesas de pessoal diminuíram, o que não condiz com o Orçamento, dizendo ainda ser esta uma das causas de ter votado contra o orçamento.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, disse não ter encontrado nenhum contrato a termo resolutivo estando tudo a tempo indeterminado. Disse que, por outro lado existem lugares a preencher, pedindo esclarecimentos de como será feito o seu preenchimento e em que termos de contratos.-----

--- O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, chamou a atenção para uma gralha referente ao ano do Mapa de Pessoal ser 2020 e não 2019.-----

---Não havendo intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para prestar os esclarecimentos solicitados.-----

O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, referindo a intervenção do Sr. António Alves, disse já anteriormente ter explicado que a redução de despesa com pessoal se deve à entrada de um número de recibos verdes, dizendo ainda que na primeira revisão orçamental as despesas com o pessoal subirão, salientando que também as receitas subirão. Salientou que a maior parte do pessoal contratado tem a ver com os assistentes operacionais dos Jardins de Infância e as verbas referentes a isso vêm da CML. Disse que este aumento se deve à antecipação da Junta relativamente a mais à frente abrirem mais salas de Jardim de Infância, dando como exemplo a Escola Básica Prof. Agostinho da Silva, onde irão ser necessárias mais assistentes operacionais para essas salas. Assim, o número de vagas fica preenchido e aumenta. Relativamente aos assistentes operacionais da higiene urbana, disse que até 2021 e tendo em conta o Contrato de delegação de competências realizado com a CML, serão abrangidos pelas verbas deste contrato. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra, agradecendo os esclarecimentos prestados, disse ir votar a favor do Mapa de Pessoal. Justificando a razão de ter votado contra o Orçamento apresentado, disse que se está a falar de uma diferença, salientando ser esta só de vencimentos mais o subsídio de alimentação, de 191000 euros. Disse concordar com o Sr. Presidente da Junta



10
Df

quando fala da Primeira Revisão Orçamental, de qualquer modo diz existir um problema que é serem despesas correntes e as receitas correntes estão no orçamento, o que implica haver um desvio orçamental ao nível das receitas. Relativamente à transferência dos 100000 euros, é o cumprimento do protocolo assinado do contrato de delegação de competências que já tinha referido anteriormente.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou seguidamente a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, congratulou-se que a Junta de Freguesia tenha resolvido o problema da precaridade, algo que considera de saudar. Disse ser sua preocupação e considera que da Junta também, criar as melhores condições para os trabalhadores que integram o quadro da autarquia para que estes se sintam bem, acreditando que só assim conseguirão prestar o serviço que a população de Marvila carece.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que, no uso da palavra, disse que os trabalhadores de Marvila devem ser dos mais bem tratados de toda a Lisboa pois toda a gente quer vir trabalhar para esta freguesia e ninguém se quer ir embora a não ser por mobilidade devido à sua carreira profissional ou por estar geograficamente próximo do local onde reside.-----

---Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação o **ponto 3 da Ordem de Trabalhos – Mapa de Pessoal de Freguesia.**-----

---Passada a votação, foi o **Mapa de Pessoal da Freguesia aprovado por unanimidade.**-----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou ao **ponto 4 da Ordem de Trabalhos - Aprovação da Tabela Geral de Taxas e Preços da Freguesia de Marvila**, pedindo a colaboração do plenário para terem em consideração o adiantado da hora e ser necessário encerrar os trabalhos à meia noite, conforme o regulamento da Assembleia.---

---O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente para apresentação do ponto. O Sr. Presidente da Junta, no uso da palavra, disse que a Tabela apresentada não foi objeto de nenhuma alteração. -----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao Sr. António Pereira (PCP) que, no uso da palavra, disse não ter muito a acrescentar uma vez que tudo se mantém e apenas lembrou que, devido à alteração que tem estado a haver relativamente aos caniços e gatiços, talvez mais para a frente haja a necessidade de fazer alguns ajustes e alterações.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, não havendo mais intervenções, colocou à votação o **ponto 4 da Ordem de Trabalhos - Aprovação da Tabela Geral de Taxas e Preços da Freguesia de Marvila.**-----

---Passada a votação, foi a **Tabela Geral de Taxas e Preços da Freguesia de Marvila aprovada por unanimidade.**-----

----- PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES -----

---Das deliberações do Órgão, que tinham eficácia externa, foram dadas publicidade, através de edital, afixado no edifício sede da Freguesia, durante cinco dos dez dias subsequentes à data da tomada das deliberações em minuta.-----

---Face ao adiantado da hora, e por deliberação da Assembleia, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu por encerrada a reunião ordinária, eram **00h00**, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia, pela 1ª Secretária e pela 2ª Secretária.-----



O Presidente da Assembleia João Augusto

A 1ª Secretária Diana Freixo

A 2ª Secretária _____